



Problematizando a política de identidade: Narrativas securitárias e imunização contra a diferença.¹

Ada Cristina Machado da SILVEIRA²
Universidade Federal de Santa Maria

Resumo

O artigo aborda a perspectiva de imunização face à diferença produzida pela cobertura jornalística brasileira nas narrativas sobre acontecimentos ocorridos em nossas fronteiras internacionais. Inicialmente trata-se a tensão epistemológica que a noção de fronteira supõe. Os resultados da análise apontam para uma conversão das periferias nacionais em patrimônio territorial do Estado consideradas por garantias atinentes a um valor de depósito que é caucionado pela sociedade fronteiriça. Por fim, a reiteração e a continuidade de enquadramento discursivo observada na análise da cobertura jornalística das situações que envolvem acontecimentos sobre as fronteiras internacionais brasileiras estabelece uma implicação entre a crônica do cotidiano fronteiriço e as mazelas da nacionalidade.

Palavras-chave

Política de identidade. Jornalismo Internacional. Narrativa. Fronteiras

Introdução

A análise da cobertura jornalística sobre acontecimentos ocorridos nas periferias apresenta uma notável continuidade de enquadramento discursivo em duas situações distintas, quais sejam as que envolvem acontecimentos localizados nas periferias pertinentes às fronteiras internacionais brasileiras e aquelas localizadas nas áreas metropolitanas.

Ao estudar as fronteiras internacionais percebidas como espaços heterotópicos, vale dizer, por sua capacidade de revelar aquilo que a sociedade nacional tem como próprio e distinto, constata-se que elas são retratadas pela cobertura jornalística num enquadramento de situações limite. As fronteiras visíveis, concretamente a tríplice fronteira situada no município paranaense de Foz do Iguaçu, colindante com *Ciudad del Este* no Paraguai e *Puerto Iguazú* na Argentina aqui tomado como paradigma, contradiz o forte apelo turístico que a indústria de massas exercita no panorama internacional.

A análise da cobertura jornalística tomada como processo social de produção, circulação e consumo, tem suas relações com outras formas de produção textual realizada por

¹Artigo submetido ao GP Políticas e estratégias de Comunicação, XI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Pesquisadora do CNPq. Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação da UFSM. Líder do grupo de pesquisa “Comunicação, identidades e fronteiras”; Professora do quadro permanente dos programas de pós-graduação: Extensão Rural e Comunicação. E-mail: ada.machado@pq.cnpq.br.



mídias nacionais sobre o cotidiano das fronteiras internacionais do Brasil articulada intimamente. Trata-se de um sistema que as mantém atreladas a um imaginário de situações recorrentes articulados pela ausência de estado, caos e violência que persiste mesmo com o fim da Ideologia de Segurança Nacional e da Guerra Fria.

A mídia nacional observa prática semelhante quanto à cobertura de acontecimentos ocorridos nas periferias metropolitanas o que, em certa medida, acaba por contaminar a atividade de cobertura que as mídias locais fronteiriças realizam de seu cotidiano. O agenciamento jornalístico mantém a noticiabilidade sobre as periferias numa condição ambígua que enquadra seus acontecimentos indistintamente ou como alarmes de incêndio ou dispositivos panópticos que alertam continuamente a comunidade nacional/local para seus perigos. A reconstrução sociossemiótica pode ajudar na compreensão da questão da ambivalência significacional interposta ao cruzamento entre a política e o jornalismo. Produz-se a prossecução de figuras criminosas que, no agendamento de fronteiras internacionais, impregna o noticiário de um pudor que se expressa contra a promiscuidade suposta nas interações transnacionais que têm lugar em nosso território.

Assim, a denegação da condição heterotópica própria a acontecimentos produzidos nas sociedades localizadas nas fronteiras internacionais brasileiras e sua condição de zona de intermediação tem um enquadramento reiteradamente reproduzido pela mídia enquanto espaço territorial a ser julgado pela opinião pública mediante sua subordinação à lógica jurídico-administrativa do Estado-nação. Nessa condição, o tratamento noticioso de fronteiras encontra um duplo limite. Trata-se do limite experimentado enquanto espaço social de reinvenção heterogênea do espaço-tempo e do limite enquanto borda de abandono e exceção não tolerados e passíveis de enquadramento arbitrário pela normalidade atribuída à centralidade da vida nacional.

Antônio Sousa Ribeiro (2005, p. 479) atenta para a deriva semântica que conceitos como o de fronteira tem provado e uma certa tendência ao debate em torno dos efeitos de fronteira, desdobrando a noção em reflexões tanto sobre seu sentido literal como metafórico. Também se mostra importante distinguir o estudo do crescente papel que as fronteiras políticas adquirem no mundo globalizado atravessado pela lógica das relações entre fronteiras e sociedade nacional, o que os *Border Studies* têm dado mostra.

Com a globalização observa-se a tendência da polícia de impor regimes de fronteira, os quais comprometem a mobilidade, o ir e vir de transeuntes, direitos e garantias individuais e a identidade dos cidadãos. A mobilidade incessante tornou-se uma



característica da vida contemporânea. Acorrer aos redutos fronteiriços parece ter-se tornado uma constante que se desdobra em várias outras partes da sociedade, reproduzindo o efeito de fronteira em lugares plenificados pelo cosmopolitismo de sua sociedade, como é o caso das metrópoles.

Neste artigo, ao retomar-se a noção de fronteira, enfatizamos seu uso não metafórico, literal e corporificado nos limites territoriais do Estado-nação brasileiro em relação à ressonância que a cobertura jornalística alcança na sociedade. Um tema emergente e de rara abordagem nos estudos de Comunicação e Jornalismo.

O cotidiano nacional e a escassez de Estado no Brasil

Se a sorte das identidades nacionais da Europa Ocidental já estava definida na Idade Média, o transplante de população para as Américas supôs a difusão dessa herança conforme o antecipou David Hume (cf. LLOBERA, 1996, p.211). Um aspecto que fala da formação identitária na situação do multiculturalismo. Mas o vínculo entre identidade e território estava indelevelmente estabelecido entre os latinos. A expansão de seu domínio territorial foi a principal preocupação dos romanos. Os espaços de finisterre, designadores das terras dos confins do Império Romano muito frequentemente referiam-se ao litoral. Ainda que seus navegadores locomoviam-se nesse meio, foi a posterior desterritorialização proporcionada pelas migrações que produziria uma mudança de sentido na relação entre identidade e território. O sentido espacial reorientou-se para os ibéricos ao ter que conquistar o coração da América.

Na colônia luso-brasileira do século XVII os bandeirantes paulistas romperam com o sentido europeu de finisterre, avançando para o *hinterland* do continente e dali foram progressivamente consolidando a expansão territorial. O império mercantil português fixou nos portos de suas colônias de além-mar um sentido mais complexo que o latino. À diferença de uma percepção de fim-de-mundo, os espaços em torno dos portos coloniais eram tomados como portos de chegada, de recepção de população e bens, mercadorias raras e informação variada. Por certo que foram também portos de saída. Mas impôs-se uma concepção do litoral como território de trocas, cruzamentos, conexões com o mundo, ou a metrópole. O foi também destino dos exilados e deportados políticos ou criminosos. A formação e consolidação das identidades nacionais ao nível popular na América encontrou, assim, resistências da mesma forma como ocorreu na Europa. Lucena Salmoral (1984) recorda que nos séculos passados o estado nacional não era uma idéia popular, mas uma proposição de suas elites.



Concebida assim em raízes híbridas, sem uma ação continuada da educação formal, não é de estranhar que “A sociabilidade brasileira tem frágeis componentes cívicos, isto é, uma baixa identificação com os símbolos do Estado e a noção de interesse público”, conforme analisa Bernardo Sorj (2001, p.30).

A variação e as transgressões comportamentais, a diversidade temporal são enquadradas pelo prisma legal e o crime de descaminho apresenta-se como um apelo recorrente no noticiário para abordar essa pluralidade não assimilada pela rigidez que a centralidade burocrática do Estado brasileiro impôs à sociedade.

A metodologia sociossemiótica, conforme definido na presente proposta investigativa, é tomada como processo interpretante fundamental para identificar a dinâmica conceitual que sustenta a representação de um objeto de comunicação e suas possíveis transformações. Umberto Eco se apresenta interessante quando aponta para a prática de uma ciência cega e a distinção entre a aplicação de processos interpretados contra processos interpretantes e seus modelos pré-definidos e replicados indistintamente. A mera comparação entre ambos os contextos nacional e local poderia preconizar a hipótese de uma cobertura jornalística (texto) diferenciada para ambas. No entanto, conforme apontamos nos Antecedentes deste projeto, observações anteriores não indicam este caminho. O estudo das coberturas realizadas pela mídia nacional tende a repetir determinadas bases (pauta e angulação jornalística) do enquadramento realizado pela cobertura da mídia local.

A sociossemiótica e abordagem do fenômeno comunicacional noticioso

Giro lingüístico é a expressão que no século XX alude a um novo interesse pela linguagem, questionando a prioridade da linguagem científica sobre a linguagem cotidiana. Neste sentido, o jornalismo como prática social teria um lócus privilegiado no âmbito das preocupações lingüísticas. Com o giro lingüístico a linguagem deixa de ser meio de construção e/ou expressão das idéias para ser constituinte de nosso pensamento, conforme propugnou o filósofo Richard Rorty.

Rompendo com a hegemonia da perspectiva do significante, através da sociossemiótica procura-se enxergar o lugar do leitor fronteiro como um espaço social de significação. Aos leitores se justifica finalisticamente a produção das publicações, as quais se encontram localizadas naqueles mesmos locais sobre os quais – e nunca de onde – pretende-se falar ou realizar uma cobertura do acontecimento jornalístico.



A recepção da perspectiva sociosemiótica entre nós tem alimentado algumas vezes a expectativa de exatidões de método, muito provavelmente pela influência que a analítica goza. Já o giro semiótico, conforme Paolo Fabri (1999), reconhece que o significado sempre interessou ao homens e mulheres, mas é recente (final do século XX) a reflexão coerente e sistemática. Não se trata de ruptura epistemológica, mas a consideração de que a linguagem ao ser condição de nosso pensamento ao mesmo tempo em que se lhe considera como instrumento de representação da realidade, exige procedimentos que envolvam novos conceitos a respeito da natureza do conhecimento, tanto científico quanto do senso comum. Assim, a linguagem passa a ser considerada como atividade realizadora de ações e não somente descrição de representações, como bem o sabem os políticos profissionais e lhe seguem os jornalistas. As correntes construcionistas (analíticas), responsáveis pela oposição ideias/mundo se vêem confrontadas com a perspectiva que opõe linguagem e mundo, a qual supõe outra maneira de vincular a complexa tela formada pelo modo estratificado que temos de significar. Assim, estabelece-se uma diferença com a noção construtivista de que se pode fragmentar a complexidade da linguagem, das significações, do mundo, em unidades mínimas mediante combinações progressivas de elementos de significado e de traços de significantes para depois produzir ou reproduzir o sentido.

A ação da indústria cultural e, mais especificamente, do fenômeno comunicacional noticioso, tem no giro semiótico a possibilidade de reposicionar suas práticas, dado que o avanço tecnológico e especialmente as práticas interativas, ao converter receptores em emissores potenciais, encontra com a inviabilidade de se poder decompor a linguagem em unidades semióticas mínimas para recomposição futura. A posição do giro semiótico pondera que podemos criar universos de sentido particulares capazes de recompor organizações específicas de sentido sem pretensão de generalizações, como o estão demonstrando os blogueiros enquanto jornalistas de turno. Tais práticas questionam radicalmente as noções representacionistas da linguagem e adjudicam o verbo a si ao tomar literalmente o discurso como prática social. Cientes daquilo que, nas palavras de Michel Foucault (1966), consiste em: “atividade que se realiza em sociedade e que está socialmente regulada, um modo de ação que nos permite atuar sobre nós mesmos, sobre os outros e o nosso entorno”.

Trata-se do protagonismo de práticas que já se estão fazendo históricas, situadas no espaço-tempo de forma concreta e reguladas por formações discursivas específicas, consideradas em seu novo contexto de produção e que se enquadram num conjunto de



relações articuladoras. Para agir em tal contexto é necessário que um agente esteja inteirado de regras que prescrevem quais elementos devem ser postos em relação para produzir em acordo determinados efeitos, de forma a definir o enunciável e o que se pode dizer.

O giro semiótico escapa à concepção da linguagem como janela para um mundo mental exterior, como mera expressão do pensamento, já que não se trata de defender que a linguagem não expressa, mas sua capacidade de construir o pensamento. Trata-se de dar um passo mais e entender que "a linguagem não somente faz pensamento mas também faz realidade".³ Neste sentido, Foucault (1966) sentou as bases do poder gerador do discurso, já que as práticas discursivas não ocorrem no vazio mas no interior de um conjunto dado de relações mutuamente interpelantes.

Assim, as mudanças nas práticas discursivas da atualidade convertem-se elas próprias numa nova ordem discursiva, e a situação de que seus agentes sejam leigos, jornalistas não profissionais, não é condição primordial para que se lhes desconsidere como do âmbito do fenômeno noticiosos. Trata-se de uma conjuntura na qual os discursos profissionais e não profissionais encontram-se articulados por um conjunto de condições que lhes permitem existir. É das brechas da atividade profissional que emergem os discursos não profissionais que, por sua vez, propõem novas relações e alteram o ordenamento precedente. O coletivo produzido com essas novas vozes reitera que a atividade discursiva não é apenas expressão do pensamento; reiteraria Foucault (1966, p. 83): "falar é fazer algo, é criar aquilo do que se fala quando se fala".⁴

A abordagem de níveis semióticos distintos insere-se numa vocação que é científica e empírica e que se vincula a práticas complexas de significação. Essa imersão está implicada no funcionamento de sentidos e trabalha filosoficamente com as imagens de pensamento subjacentes aos *textos* que conhece e que se quer analisar.

O que a sociossemiótica permite enfatizar e que determina reconhecer e o que há em comum entre as periferias e constitui sua identidade e que, enquanto espaço periférico generalizável, ambas pertencem a periferias de blocos econômicos emergentes e suas manifestações culturais estão inevitavelmente condicionadas por tal tipo de inserção, de certa forma legitimando a ambivalência discursiva. E é a ambivalência discursiva que

³ No original: "el lenguaje no sólo hace pensamiento sino que hace realidad."

⁴ No original: "hablar es hacer algo, es crear aquello de lo que se habla cuando se habla" (FOUCAULT, 1966, p. 83).

analisamos a seguir, com alguns exemplos extraídos de um jornal local e de semanários de circulação nacional.

A cobertura da multidão em deriva

A crônica do permanente fluxo humano sobre uma fronteira internacional conta com o exemplo do diário paranaense de Foz do Iguaçu – *Gazeta do Iguaçu* -, o qual apresenta cotidianamente o esforço de contrastar uma multidão em deriva frente à estaticidade das três centenas de milhares de habitantes locais. A singularidade de uma sociedade engendrada pelo encontro multicultural é subsumida pelo rótulo genérico de fronteira problemática. Seus cinco idiomas ativamente praticados – Português, Espanhol, Guarani, Árabe e Chinês – são expressão legítima de sociedades emergentes economicamente e que agora têm reconhecida sua situação de ruptura com a plena condição periférica de um passado próximo, inaugurando pelas vias de uma aliança econômica sua aparição no cenário internacional.

FIGURA 1 – Gazeta do Iguaçu 18/04/2007



FONTE - www.gazeta.inf.br

A aplicação da abordagem sociosemiótica sobre fronteiras tomadas por problemáticas permite distinguir a confusão operada sobre os deslocamentos nas fronteiras em problemas de nosso tempo.

Um primeiro eixo da contribuição da teoria semiótica do texto ou dos discursos refere-se particularmente aos principais parâmetros que intervêm na organização estrutural dos signos textuais *lato senso* (FIG.1). A figura permite analisar que o plano temático e referencial compreende a seleção e a hierarquização de temas. A cobertura jornalística estabelece-se enquanto um lugar de saber o qual lhe franquia falar segundo um dado ponto de vista.

O plano narrativo ou retórico trata do desenvolvimento de temas selecionados através da forma de atos discursivos e gêneros narrativos *lato senso* como *situações recorrentes e articuladas de forma ambígua e que hierarquiza como semelhantes os acontecimentos relacionados à ausência de estado, caos e violência*.

A análise do plano discursivo produz o enquadramento do tema, orquestração das vozes que o comentam e discutem, a utilização de figuras e outras estratégias que devem ser reconhecidas antecipadamente, as quais se pode apontar como autoridades legais e policiais. O caso da tríplice fronteira entre Argentina – Brasil – Paraguai em *Puerto Iguazú* (AR), Foz do Iguaçu (BRA) e *Ciudad del Este* (PY) ao implicar na mais importante fronteira internacional do Brasil, tem a seu cargo ainda os fatores de ser o ponto turístico de renome mundial, sede de uma das maiores usinas hidroelétricas do planeta e referência cotidiana no noticiário internacional por sua expressão econômica e estratégica. A maior intensidade das interações entre países está reforçando a concepção da fronteira como zona de comunicação e troca. É este o sentido da contribuição de Ganster et alli (1997, p.9) quando afirmam que as regiões de fronteira constituem pontes entre nações, ajudando a eliminar as barreiras físicas e psicológicas para tornar mais abrangentes as formas de cooperação internacional (Grupo de Pesquisa RETIS, 18/12/2003).

A construção identitária que emerge da narrativização através do plano discursivo conta com alguns recursos que lhes são próprios e irrenunciáveis, ainda que seu exercício seja limitado e ainda titubeante.

Como um início de reversão do quadro de subordinação do localismo à globalização hegemônica, um exemplo da mídia local que tende a superar o quadro estigmatizante é a matéria publicada pelo *Jornal do Iguaçu* de Foz do Iguaçu (BRA) (FIG. 2), em sua



versão *on line*, na qual se expõe dados sobre o intercâmbio de projetos entre Brasil e Argentina.

Faz-se possível reconhecer que as matérias estabelecem uma narrativa sobre o cotidiano fronteiriço e se fazem um importante instrumento de construção da realidade de um grupo social. Os elementos e técnicas permitem-nos identificar como é possível superar, ainda que timidamente, os valores de estigmatização impostos à cobertura das fronteiras, ainda que se mantendo no marco estabelecido em aspectos como criminalidade, legalidade e ordem social.

Entretanto, se é o contexto que estabelece uma diferenciação entre o enunciatário suposto genericamente na realização de uma cobertura realizada por um veículo de circulação nacional e aquele que se situa localmente, em que implica a realização do contraste pretendido?

Neste aspecto é necessário estar atento para os cenários de análise do enunciatário genérico suposto para veiculação da mídia nacional nas periferias brasileiras e o de análise do enunciatário particular suposto pela veiculação da mídia local em contextos periféricos da periferia nacional (fronteiras internacionais brasileiras) e periferia metropolitana (favelas)

As revistas de circulação nacional e edição semanal não conhecem maiores condicionamentos que as determinem operar num nível de adequação às particularidades periféricas seja da nação (sociedade fronteiriça) seja de suas metrópoles (sociedades de favelados). Ou seja, sua produção está padronizada para um "leitor médio" que não é conhecido nem valorizado em suas particularidades, mas no que tem em comum com outros leitores situado em distintos ambientes urbanos do Brasil.

Neste ponto, é importante enfatizar a distinção entre cidades localizadas em fronteiras internacionais e espaços suburbanos. Prevalece nos últimos uma sociabilidade que ainda guarda elementos próprios do ambiente rural, plena de familiaridades, simplicidade, debilitação de hierarquias sociais e que atua numa lógica inclusiva. Ambos também se diferem das comunidades de favela, nas quais a resistência à violência da hierarquia social conduz à reiteração da lógica de exclusão no plano da sociabilidade.

Os contextos periféricos também podem distinguir-se pela questão étnica. No caso das fronteiras sulbrasileiras eles conhecem o multiculturalismo que, nas bordas do Estado-nação ganham certo relevo, com seus idiomas e hábitos distintos. A presença de muçulmanos e suas mesquitas, a prevalência de uma cultura midiática desenvolvida com índices de leitura de periódicos jornalísticos equiparáveis aos da atual Itália são

elementos distintos à situação de incrustação das favelas na malha urbana metropolitana do Rio de Janeiro.

Hardnews e circuitos da ilegalidade

Rendidas face ao que historicamente o complexo colonial estabeleceu como territórios de abandono, as redações das revistas semanais *IstoÉ* e *Época* produzem a atualização das *hardnews* enquanto espaços plenos de circuitos da ilegalidade (FIG.1, 2 e 3).

O plano temático e referencial seleciona a premência de controles do Estado na fronteira internacional com o Paraguai e a Argentina e a hierarquização do tema a toma constantemente como responsável pelos problemas do ambiente metropolitano. Produz-se a refiliação da sociedade em identidades coletivas artificiais.

FIGURA 2 – Revista Época - 14/08/06



FONTE - <http://revistaepoca.globo.com>

FIGURA 3 – Revista Isto É - 01/02/06



FONTE - <http://www.istoe.com.br>

Avançando-se na análise, percebe-se que a cobertura jornalística estabelece-se enquanto um lugar de saber o qual lhe franquia falar segundo um dado ponto de vista e as vozes oficiais são privilegiadas. Reiterando o já analisado anteriormente, o plano narrativo ou retórico trata do desenvolvimento de temas como situações recorrentes e articuladas de forma ambígua. Conforme Foucault (1966): “definir em sua individualidade singular um sistema de formação é, então, caracterizar um discurso ou grupo de enunciados pela regularidade de uma prática”.⁵ Auxiliando na interpretação da notável continuidade de tratamento discursivo, ele diz ainda: “não propor buscar a coerência interna dos discursos, mas buscar, a partir da regularidade de uma prática, suas condições externas de possibilidade”, bem como “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.⁶

⁵ No original: “definir en su individualidad singular un sistema de formación es, pues, caracterizar un discurso o un grupo de enunciados por la regularidad de una práctica”.

⁶ No original: “no proponer buscar la coherencia interna de los discursos, sino buscar, a partir de la regularidad de una práctica, sus condiciones externas de posibilidad”, bem como “prácticas que forman sistemáticamente los objetos de que hablan”.



A análise do plano discursivo produz o enquadramento do tema, orquestração das vozes que o comentam e discutem, produzindo a utilização de figuras e outras estratégias que devem ser reconhecidas antecipadamente, as quais se pode apontar como o apelo ao testemunho de autoridades legais e policiais.

A sociossemiótica ao analisar a conexão textual, põe em funcionamento referências explícitas em diferentes âmbitos discursivos, envolvendo a prática e a experiência. Eric Landowski considera que o passo da semiótica para a sociossemiótica implica numa reflexão fundadora que se coloca no nível epistemológico e não apenas no metodológico ou no descritivo. A análise da cobertura jornalística sobre fronteiras a partir dessa perspectiva não requer apenas mudar o objeto de análise e avançar sobre um mero trabalho de conceituação descritiva, mas de repensar o regresso sociossemiótico da semiótica mesma.

Assim, faz-se necessário avaliar em que medida o noticiário que se faz público se rege por suas condições internas ou busca a ampliação de sua lógica no ambiente social. A FIG. 8 exercita a articulação entre a lógica local e o âmbito internacional, mediado por pelas respectivas forças políticas nacionais, respectivamente Brasil, Venezuela e Bolívia, três atores que têm rendido atenções no noticiário internacional.

Noticiário político ou publicização de tiranias privadas

A análise realizada ganha proporção ao recorrer-se à afirmação de Bernardo Sorj (2001, p. 29) de que “nenhum sistema de valores sociais, no sentido do conjunto de crenças morais e normas práticas que ajudam a conduzir-se na vida social, possui um caráter coerente ou lógico”. O Brasil, nação de imigrantes, expõe desabridamente as injunções que a extensão de seus mais de 16.000 quilômetros de fronteira supõe aos transeuntes, a par da condição única e comparável somente à continentalidade chinesa no que se refere ao número de tríplexes fronteiras.

Através do exercício de uma lógica de imunização do Estado face a sua diversidade interna numa nação cujo território foi apropriado dos aborígenes e colonizada por *estrangeiros*, o *estado de exceção* reemerge através de figuras jurídico-administrativas:

A violência é múltipla e tem como fonte principal o abandono secular ou a presença mínima do Estado em regiões onde se concentram os pobres e excluídos. Essa violência é particularmente sentida pelos moradores de favelas nas grandes cidades, dominadas por quadrilhas de traficantes de drogas em guerra (e em associação delituosa) com a polícia, e nas regiões rurais mais pobres onde os fazendeiros fazem a lei (SORJ, 2001, p. 34).



O balizamento do tratamento concedido às periferias metropolitanas brasileiras quanto a seu rotineiro enquadramento de desvio da normalidade evoca a preocupação com a política de reconhecimento criada pelo Estado Vargasista, atualizado pelo Regime Militar. Considerando-se a condição pós-moderna de nosso ambiente cultural, pode-se considerar que é uma cobertura ocupada da produção daquilo que Jameson (1996) denominou de alegoria do centro que ocupa seu lugar cultural no centro da crise legitimatória do Estado nacional.

A reiteração e a continuidade de enquadramento discursivo observada na análise da cobertura jornalística das situações que envolvem acontecimentos sobre as fronteiras internacionais brasileiras estabelece uma implicação entre a crônica do cotidiano fronteiriço e as mazelas da nacionalidade.

Reproduzindo enquadramentos informativos banalizados por certas agências de notícias internacionais, a lógica das relações sociais na fronteira norte-americana com o México é realocada na relação do Brasil com seus vizinhos. Noutro caso, conforme a FIG.4 expõe, africanos tentam a entrada na Comunidade Européia através do acesso por mar às Ilhas Canárias. A assimetria suposta naquela relação é aqui reproduzida com todo seu poder hierarquizante.

A cobertura de periferias tomadas como exotopias da nação reflete a incapacidade da mídia de referência de absorver a interpelação da visão da multidão em deriva, de um lado, e a preterição de vozes representativas da singular localidade dos três municípios articulados pela fricção da tríplice fronteira, de outro. Cristaliza-se a produção de narrativas homogêneas e inertes das múltiplas temporalidades compreendidas linearmente. A imunização da sociedade contra a diferença que constitui internamente o Estado-nação aprofunda a preterição de cidadãos denominados de *sacoleiros*, via de regra trabalhadores não reconhecidos pelo sistema formal. A imunização tergiversa ainda sobre a extensão social que a momentânea convergência espacial que episodicamente concentra multidões ocupadas do comércio informal em trânsito por nossas fronteiras internacionais detêm e que se desdobra internamente em três níveis nacionais em favor de um padrão securitário propugnado pela ordem legal.

A incapacidade de entender que o fenômeno da globalização envolve uma pluralidade de situações e, especialmente, que algumas delas se fazem palpáveis nas fronteiras internacionais ludibria o conhecimento empírico de que a globalização é uma imposição generalizada de *alguns localismos que se globalizam*. Argumenta Boaventura S. Santos: “As globalizações hegemônicas são, de facto, localismos globalizados, os novos



imperialismos culturais. Podemos definir globalização hegemônica como o processo através do qual um dado fenômeno ou entidade local consegue difundir-se globalmente e, ao fazê-lo, adquire a capacidade de designar um fenômeno ou uma entidade rival como local” (SANTOS, 1996, p. 26-7). Essa perspectiva engolfa os particularismos próprios das periferias, fenômeno que é amplificado pelo complexo colonial próprio da formação cultural das elites brasileiras e extensivo ao senso comum imperante nas redações jornalísticas.

O efeito desorientador da proliferação desse modelo narrativo securitário tem em Noam Chomsky (2002) uma crítica à mitologia do mercado, à manipulação exercida por interesses empresariais no agendamento, ao impacto oculto que organizações antidemocráticas como a Organização Mundial do Comércio ou o FMI exercem sobre a agenda internacional, resumidos pelo título de tiranias privadas.

A conversão das fronteiras em patrimônio territorial do Estado requer considerá-las continuamente pelas garantias atinentes a um valor de depósito caucionado pela sociedade fronteiriça. O valor imobiliário que o território nacional representa para o Brasil foi a principal característica da política imperial do século XIX e mantém-se na concepção atual com vistas a assegurar a posse, o domínio e ainda o sossego das populações assentadas no centro. Os espaços fronteiriços aparecem assim despídos de interesse social além dos atributos securitários e com anuência midiática aos problemas de Estado. Como ironiza Eduardo Galeano (2009, 107) ao destacar a postura de um especialista em vendas de segurança: “Nossa melhor publicidade são os noticiários da televisão”.

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, N. **El beneficio es lo que cuenta. Neoliberalismo y orden global.** Barcelona: Crítica, 2002.
- FABRI, P. **El giro semiótico.** Barcelona: Bosch, 1999.
- FOUCAULT, M. **Las palabras y las cosas.** Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 1966.
- GALEANO, E. **De pernas pro ar. A escola do mundo ao avesso.** Porto Alegre: L&PM, 2009.
- GANS, H. **Deciding what's news.** Nova Iorque: Vintage Books, 1980.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo: lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Ática, 1996.
- _____. **Espaço e imagem.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- LANDOWSKI, E. **Sociedad figurada: ensayos de sociosemiótica.** Madri: 1993.
- LLOBERA, J. **El dios de La modernidad. El desarrollo del nacionalismo en Europa Occidental.** Barcelona: Anagrama, 1996.
- RIBEIRO, In: SANTOS, B. S. **A globalização e as Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 2005. p. 475-501.



- SALMORAL, M. L. **Historia de Iberoamérica**. Madri: Cátedra, 1992. T. II.
SANTOS, B. S. A queda de Angelus Novus, **Crítica de Ciências Sociais**, n.45, maio, 1996. p.5-34.
SORJ, B. **A nova sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Referências na web

- Jornal Gazeta do Iguazu** - 18/04/2007. Disponível em:
www.gazeta.inf.br. Acesso em 20.10.2010.
- Revista Época** - 14/08/06. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI54591-15227,00-ELES+QUEREM+INGRESSO.html>. Acesso em: 20/06/2009.
- Revista Época** - 31/07/06. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI54942-15227-1,00-ELE+SALVA+TRAFICANTES.html>. Acesso em: 20/06/2009.
- Revista Época** - 10/09/08. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI56463-15223,00-OS+TERRORISTAS+ESTAO+AQUI.html>. Acesso em: 20/06/2009.
- Revista Época** - 11/09/06. Disponível em:
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI55135-15223,00-MILITARES+OU+POLITICOS.html>. Acesso em 20/06/2009.
- Revista IstoÉ** - 01/02/06. Disponível em:
http://www.istoe.com.br/reportagens/16367_EM+ALTA+VOLTAGEM+. Acesso em: 20/06/2009.